

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 1A.RF/DF

Termo de Referência 16/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
16/2026	170018-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 1A.RF/DF	FELIPE LOPES DE AGUIAR	24/04/2026 09:44 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		10265.128721/2026-73

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 10265.128721/2026-73)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação serviço comum de engenharia para Reforma completa da cobertura da Agência da Receita Federal do Brasil, localizado em Formosa/GO, compreendendo remoção, reforço estrutural, instalação de sistema de cobertura termoacústico e drenagem pluvial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento .

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Reforma completa da cobertura da Agência da Receita Federal do Brasil, localizado em Formosa /GO, compreendendo remoção, reforço estrutural, instalação de sistema de cobertura termoacústico e drenagem pluvial.	1627	unid.	1	R\$ 95.127,93	R\$ 95.127,93

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias corridos contados da emissão da Ordem de Serviço pela contratante, sendo 60 (sessenta) dias para execução dos serviços e 30 (trinta) dias para recebimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000014/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 08/05/2025;
- III. Id do item no PCA: 31;
- IV. Classe/Grupo: 833 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA;
- V. Identificador da Futura Contratação: 170018-25/2026;

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 A presente contratação observa preceitos de desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, conforme estabelecido na IN Seges/ME nº 81/2022, IN Seges/ME nº 58/2022, Portaria SEGES /ME nº 8.678/2021 e Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). A Receita Federal do Brasil adota o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) 2024-2026, conforme Portaria RFB nº 502/2024, que estabelece 14 diretrizes estruturadas em 7 eixos temáticos: racionalização e consumo consciente, gestão de pessoas, sustentabilidade ambiental, inovação e eficiência, inclusão e equidade, governança e compliance, e responsabilidade social. O Parecer nº 00001/2021/CNS/CGU/AGU consolidou que a administração pública é obrigada a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental nas contratações públicas em todas as fases: planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e gestão de resíduos sólidos.

4.1.2 Na dimensão ambiental, a contratação alinha-se ao eixo de sustentabilidade ambiental do PLS/MGI mediante: gestão de resíduos da construção civil conforme Resolução CONAMA nº 307/2002 (segregação Classes A, B, C, D; transporte licenciado; emissão de CTR); eficiência energética com telhas termoacústicas  $U \leq 0,80 \text{ W/m}^2\text{.K}$  (redução 15-20% em climatização); controle de poeira, ruído máximo 85 dB(A) e utilização racional de água (pressão máxima 2 bar); priorização de materiais com certificação ambiental (INMETRO). Na dimensão social, alinha-se aos eixos de gestão de pessoas e responsabilidade social mediante: cumprimento integral de legislação trabalhista e

previdenciária; proibição de trabalho infantil, escravo ou degradante; segurança do trabalho em altura conforme NR-35 com equipamentos certificados; capacitação e desenvolvimento profissional de trabalhadores; respeito aos direitos humanos e diversidade.

4.1.3 Na dimensão econômica, a contratação alinha-se aos eixos de racionalização e consumo consciente e inovação e eficiência mediante: redução de custos operacionais por eficiência energética; extensão de vida útil da cobertura (mínimo 10 anos) reduzindo necessidade de reformas emergenciais; preservação do patrimônio público evitando desperdício de recursos; economia de escala em contratação única. Na dimensão cultural, alinha-se ao eixo de responsabilidade social mediante: preservação da edificação histórica da Agência da Receita Federal em Formosa /GO; proteção de acervo documental contra danos ambientais; manutenção da continuidade operacional e funcionalidade institucional.

4.1.4 A contratada deverá comprovar cumprimento dos critérios de sustentabilidade mediante: emissão de CTR para cada destinação de resíduos; relatório pós-obra com medição de consumo de climatização; certificados de treinamento NR-35 e ART do responsável técnico; licenças ambientais da transportadora de resíduos e comprovantes de destinação adequada. Estas exigências garantem rastreabilidade, conformidade com o PLS/MGI 2024-2026 e efetiva implementação de práticas sustentáveis durante toda a execução contratual, alinhando-se aos objetivos de desenvolvimento sustentável e aos princípios de governança e compliance estabelecidos pela administração pública federal.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1 Telhas termoacústicas tipo sanduíche com faces externas em chapa de aço galvalume (liga alumínio-zinco) espessura 0,50mm cada face, núcleo isolante em espuma rígida de poliuretano (PU) injetado espessura 30mm, densidade 35 kg/m<sup>3</sup>, transmitância térmica  $U \leq 0,80 \text{ W/m}^2\text{.K}$ , redução acústica  $\geq 25 \text{ dB}$ , reação ao fogo Classe II, conforme NBR 16373. Justificativa: Desempenho térmico superior reduz consumo de climatização em 15-20%; isolamento acústico melhora conforto em ambiente administrativo; durabilidade de 10 anos comprovada; compatibilidade com estrutura existente; múltiplos fabricantes nacionais disponíveis no mercado. Aceitam-se soluções tecnicamente equivalentes com transmitância térmica  $U \leq 0,80 \text{ W/m}^2\text{.K}$  e redução acústica  $\geq 25 \text{ dB}$ , desde que aprovadas pela fiscalização técnica.

4.2.2 Estrutura metálica de reforço em perfil "U" enrijecido em aço ASTM A653 ou equivalente, espessura 3,75mm, altura 200mm, largura 75mm, galvanização a fogo Z275 (275g/m<sup>2</sup>), espaçamento máximo 1,50m entre terças, conforme NBR 8800 e NBR 14762. Justificativa: Galvanização Z275 garante proteção mínima de 5 anos contra corrosão em ambiente com umidade moderada; perfil U atende dimensionamento estrutural; compatibilidade com telhas termoacústicas; fornecedores regionais com capacidade de fornecimento e instalação. Aceitam-se perfis equivalentes (tipo I ou outro) desde que dimensionamento atenda NBR 14762 e seja aprovado pela fiscalização.

4.2.3 Sistema de drenagem pluvial em tubos PVC rígido soldável série R (reforçada) DN 100mm conforme NBR 5688, calhas em chapa de aço galvanizado nº 24, rufos e cumeeiras em chapa galvanizado nº 26, dimensionado para vazão de 150 mm/h (período de retorno 25 anos) conforme NBR 10844. Justificativa: Durabilidade comprovada; compatibilidade com estrutura metálica; facilidade de manutenção; disponibilidade no mercado; custo-benefício otimizado. Aceitam-se sistemas equivalentes em materiais alternativos (cobre, alumínio) desde que atendam dimensionamento de vazão e sejam aprovados pela fiscalização, observando-se a Portaria SEGES/ME nº 938/2022 (catálogo eletrônico de padronização).

Subcontratação

4.6. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- Subcontratação limitada a serviços de execução complementares e fornecimento de materiais específicos;
- Responsabilidade técnica integral permanece com a contratada principal, mediante ART de engenheiro civil;
- Subcontratadas devem atender aos mesmos requisitos técnicos, de segurança do trabalho (NR-35, NR-18) e conformidade normativa exigidos à contratada principal;

- Apresentação de documentação de qualificação técnica da subcontratada, limitada a 25% do objeto, conforme art. 67, §9º da Lei nº 14.133/2021;
- Aprovação prévia pela fiscalização técnica da contratante antes do início dos serviços subcontratados;
- Manutenção de coordenação permanente entre contratada principal e subcontratadas para minimizar interferências operacionais.

4.7. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.7.1 Responsabilidade técnica e coordenação geral da obra: engenheiro civil responsável pela ART, fiscalização técnica, aprovação de etapas, testes de estanqueidade e escoamento, inspeção visual 100% da cobertura, e garantia de conformidade com normas técnicas e gestão de resíduos da construção civil

4.8. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.8.1 Fornecimento de materiais específicos: telhas termoacústicas, estrutura metálica (terças, parafusos, fixações), tubos e conexões PVC, chapas galvanizadas para calhas e rufos, selantes, fitas de vedação, tintas e primers, desde que atendidas especificações técnicas do Memorial Descritivo e normas aplicáveis (NBR 16373, NBR 5688, NBR 8800, NBR 14762);

4.8.2 Serviços complementares de execução: preparação de superfícies (limpeza, jateamento abrasivo), aplicação de primers e tintas, soldagem de chapas galvanizadas, instalação de fixações e vedações, limpeza final e desmobilização de canteiro, desde que sob supervisão técnica da contratada principal e aprovação da fiscalização;

4.8.3 Serviços especializados de segurança do trabalho em altura: fornecimento e instalação de linha de vida horizontal, pontos de ancoragem certificados, sinalização e isolamento de áreas, desde que executados por empresa especializada em NR-35 e com responsabilidade técnica comprovada, mantendo coordenação permanente com a contratada principal.

4.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.10. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.11. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### Garantia da contratação

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### Vistoria

4.33. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.

4.34. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.35. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.36. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.37. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### Margem de Preferência

4.39. Não se aplica margem de preferência a esta contratação.

A contratação de reforma completa da cobertura não se enquadra nas hipóteses de margem de preferência normal ou adicional estabelecidas pelo Decreto nº 11.890/2024 e resoluções da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS). Embora o objeto contemple especificações técnicas brasileiras (NBR 5688, 6123, 8800, 10844, 14762, 16373) e priorize materiais com certificação ambiental (INMETRO) quando disponíveis, trata-se de serviço de engenharia comum de manutenção predial, não contemplado em resoluções CICS vigentes que estabeleçam margens de preferência para serviços nacionais. O levantamento de mercado evidencia múltiplos fornecedores nacionais de telhas termoacústicas, estruturas metálicas e serviços especializados em reformas prediais, garantindo competitividade sem necessidade de margem de preferência.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1 Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da emissão da Ordem de Serviço, prazo necessário para mobilização, preparação de canteiro e aprovação do cronograma pela fiscalização.**

5.1.3 Cronograma de realização dos serviços: Conforme Cronograma Físico-Financeiro anexo, distribuído ao longo de 60 (sessenta) dias corridos. Cronograma detalhado será apresentado pela contratada com antecedência mínima de 7 (sete) dias antes do início, sujeito à aprovação da fiscalização técnica.

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Agência da Receita Federal do Brasil em Formosa/GO  
Rua Olímpio Jacinto, nº 615  
Centro  
Formosa — GO  
CEP: 73.801-400 ;

5.3. Os serviços serão prestados m dias úteis, das 07h00 às 17h00.

#### Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários nas quantidades e qualidades especificadas no Memorial Descritivo (Anexo IV), promovendo sua substituição quando necessário. Os materiais deverão atender às normas técnicas brasileiras vigentes (NBR 5688, 6123, 8800, 10844, 14762, 16373) e legislação de segurança do trabalho (NR-06, 08, 10, 18, 35), com priorização de produtos com certificação ambiental (INMETRO) quando disponíveis no mercado. A

contratada é responsável pelo fornecimento integral, armazenamento adequado, controle de qualidade e conformidade com especificações dos fabricantes.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 Edificação em funcionamento durante execução — a Agência da Receita Federal em Formosa/GO permanecerá operacional durante toda a reforma, exigindo coordenação permanente, execução em dias úteis (07h00-17h00), minimização de interferências operacionais, comunicação prévia aos usuários sobre atividades ruidosas, isolamento físico de áreas de trabalho e proteção de instalações elétricas, hidráulicas e lógicas existentes.

5.5.2 Patologias estruturais críticas — cobertura existente em estado crítico de conservação com telhas de fibrocimento deterioradas (quebras, trincas, perda total de impermeabilidade), estrutura de madeira com perda significativa de capacidade portante, infiltrações constantes que comprometem integridade do edifício, acervo documental e equipamentos, exigindo remoção completa, reforço estrutural metálico e instalação de novo sistema termoacústico com durabilidade mínima de 10 anos.

5.5.3 Requisitos técnicos e normativos — execução em conformidade com normas técnicas brasileiras (NBR 5688, 6123, 8800, 10844, 14762, 16373), legislação de segurança do trabalho (NR-06, 08, 10, 18, 35), Resolução CONAMA 307/2002 (gestão de resíduos), responsabilidade técnica única (ART de engenheiro civil), garantias contratuais específicas (telhas 10 anos, estrutura 5 anos, calhas 2 anos, mão de obra 5 anos), testes finais de estanqueidade e escoamento, e inspeção visual 100% da cobertura antes da entrega.

Especificação da garantia do serviço

5.14. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), será de, no mínimo, os seguintes períodos contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto: (i) Telhas termoacústicas: 10 (dez) anos contra defeitos de fabricação; (ii) Estrutura metálica: 5 (cinco) anos contra corrosão; (iii) Calhas e rufos: 2 (dois) anos contra vazamentos; (iv) Pintura: 2 (dois) anos contra descolamento e desbotamento; (v) Mão de obra: 5 (cinco) anos contra vícios de execução. A contratada deverá fornecer certificados de garantia específicos para cada componente, com indicação de prazos, coberturas e procedimentos de acionamento.

Justificativa: As garantias contratuais são exigidas para proteger o investimento público em reforma estrutural de edificação federal em funcionamento. Telhas termoacústicas com garantia de 10 anos asseguram durabilidade mínima conforme especificação técnica (vida útil estimada 25 anos); estrutura metálica com 5 anos protege contra corrosão em ambiente com umidade moderada; calhas e rufos com 2 anos cobrem vazamentos decorrentes de fabricação ou instalação; pintura com 2 anos garante proteção anticorrosiva; mão de obra com 5 anos cobre vícios de execução conforme Lei nº 10.406/2002, art. 618 (solidez e segurança). Prazos alinhados a normas técnicas (NBR 16373, NBR 5688, NBR 8800) e boas práticas de engenharia civil, garantindo rastreabilidade, qualidade integrada e conformidade com responsabilidade técnica única (ART).

5.18. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado manterá preposto disponível para contato e comparecimento ao local conforme demanda da Fiscalização, não sendo exigida sua permanência contínua no local de execução.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

#### **6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:**

6.16.1. Inspeção visual 100% da cobertura, estrutura metálica, calhas, descidas pluviais e acabamentos, verificando conformidade com especificações técnicas (NBR 5680, 6123, 8800, 10844, 14762, 16373), memorial descritivo e padrões de qualidade, com registro fotográfico e relatório técnico assinado pelo Fiscal Técnico;

6.16.2. Testes de estanqueidade (aplicação de água sob pressão nas junções, sobreposições e vedações) e escoamento de drenagem (verificação de fluxo sem transbordamento em calhas e descidas), com emissão de laudo técnico aprovando ou reprovando a etapa, conforme critérios de aceitação estabelecidos no memorial descritivo;

6.16.3. Verificação de conformidade com requisitos de segurança do trabalho (NR-06, 08, 10, 18, 35), incluindo inspeção de EPI, EPC, linha de vida, pontos de ancoragem, sinalização, desligamento de circuitos elétricos e aterramento temporário, com documentação de não conformidades e exigência de correção imediata antes de prosseguimento dos serviços.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:



VR 016.68.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II.

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### 7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. Medição por etapa executiva conforme cronograma aprovado, com inspeção visual 100% e testes técnicos de conformidade (estanqueidade, escoamento, prumo, nível, alinhamento), documentados em relatório assinado pelo Fiscal Técnico, sendo a aprovação expressa condição para liberação de pagamento;

7.5.2. Aceitação de materiais no recebimento quanto a quantidade, integridade, especificações técnicas e certificados de conformidade conforme normas aplicáveis (NBR 5680, 6123, 8800, 10844, 14762, 16373), com rejeição e substituição de itens não conformes sem custo adicional à Administração;

7.5.3. Testes finais obrigatórios (estanqueidade sob pressão de água nas junções e sobreposições; escoamento de drenagem sem transbordamento; inspeção visual 100% da cobertura, estrutura, acabamentos e limpeza), com emissão de laudo técnico aprovando ou reprovando a conclusão, sendo a reprovação motivo para glosa de 100% da etapa até correção integral.

### Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.[A5]

7.6.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.6.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 30 dias conforme cronograma físico-financeiro.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A8]

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

#### Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### Reajuste

7.77. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI/Goiás do mês de fevereiro de 2026.

7.78. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.79. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.80. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.81. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.82. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.83. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.84. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### Cessão de Crédito

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 3% (três por cento) a 8% (oito por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (xxxxx)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento:

A contratação de reforma completa da cobertura do edifício da Alfândega da Receita Federal em Formosa/GO, no valor estimado de R\$ 95.127,93 (noventa e cinco mil, cento e vinte e sete reais e noventa e três centavos), enquadra-se na hipótese de dispensa de licitação por valor, conforme art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta quando o valor estimado for inferior a R\$ 166.350,37 (cento e sessenta e seis mil, trezentos e

cinquenta reais e trinta e sete centavos), limite estabelecido pelo Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, para obras e serviços de engenharia.

O objeto constitui serviço comum de engenharia com escopo definido e prazo determinado, compreendendo remoção de cobertura existente, reforço estrutural metálico, instalação de sistema de cobertura termoacústico e modernização de drenagem pluvial, conforme memorial descritivo em anexo, visando restaurar estanqueidade, eliminar risco iminente de colapso estrutural e infiltrações que comprometem a continuidade operacional da edificação.

#### Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

#### Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.4.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

#### Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.39. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em plena validade;

9.39.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante o CREA no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.1.3. Atestado(s) de capacidade técnica comprovando a execução, pelo fornecedor, de reforma ou manutenção de cobertura, com metragem mínima de 55 m² (cinquenta e cinco metros quadrados) de cobertura, em períodos sucessivos ou não

9.41.2. Será admitido o somatório de diferentes atestados para atingir a metragem mínima exigida, desde que cada atestado comprove, no mínimo, 25 m² (vinte e cinco metros quadrados) de cobertura executada.

9.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### Qualificação Técnico-Profissional

9.45. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.45.1. Para o Engenheiro Civil: serviços de reforma de cobertura.

9.45.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.47. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.48. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. [A34]

#### Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### Documentação complementar para cooperativas

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador .

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 95.127,93 (noventa e cinco mil, cento e vinte e sete reais e noventa e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 00001 / 170018 (SRRF01) ou 170198 (DRF-GOI)
- II. Fonte de Recursos: 1032000000
- III. PTRES: 204351
- IV. Elemento de Despesa: 339039
- V. Plano Interno: OBS

VR 01RF DELOG FL 123  
11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Goiânia, 10 de abril de 2026.

\_\_\_\_\_  
Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I

### ANEXO II

Instrumento substitutivo de contrato não aplica ao objeto deste Termo de Referência.

## 14. ANEXO II

### ANEXO II

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FELIPE LOPES DE AGUIAR**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 09:44:18.

**LUIZ FLAVIO DELMONICO BARROS**

Equipe de apoio



## Ministério da Fazenda

### PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

#### Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 24/04/2026 11:14:29 por Luiz Flavio Delmonico Barros.

Documento assinado digitalmente em 24/04/2026 10:18:17 por FELIPE LOPES DE AGUIAR  
Documento assinado digitalmente em 24/04/2026 11:14:29 por LUIZ FLAVIO DELMONICO BARROS

Esta cópia / impressão foi realizada por ANDRE NUNES DE MORAIS em 25/05/2026.

#### Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP25.0526.12564.VB6Q**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**15D43292DA893F83063B9EC5269A8D605E044E68F826CB3F583A2DF8D7B09C25**

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 1A.RF/DF

## Estudo Técnico Preliminar 7/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 10265.128721/2026-73

### 2. Descrição da necessidade

#### 2.1 Objeto

Reforma completa da cobertura do edifício da Agência da Receita Federal do Brasil, localizado em Formosa/GO, compreendendo: remoção da cobertura existente, reforço estrutural metálico, instalação de sistema de cobertura termoacústico e drenagem pluvial.

#### 2.2 Justificativa

A cobertura existente apresenta patologias (infiltrações, vazamentos, degradação estrutural) que comprometem a integridade do edifício e continuidade operacional. A reforma visa restaurar estanqueidade, reforçar estrutura, melhorar desempenho termoacústico e modernizar drenagem pluvial.

#### 2.3 Características da Intervenção

- Edificação pública em funcionamento durante execução;
- Serviços em dias úteis, 07h00 às 17h00;
- Coordenação permanente com fiscalização para minimizar interferências operacionais.

#### 2.4 Escopo Técnico

Serviço	Descrição
Remoção	Desconexão de descidas pluviais, remoção de calhas/rufos, limpeza de resíduos, inspeção de patologias
Reforço Estrutural	Terças metálicas perfil "U" (3,75mm, 200x75mm), espaçamento 1,50m; mãos francesas para suporte de calhas, espaçamento 80cm
Cobertura	Telhas sanduíche (galvalume 0,50mm + PU 30mm), $U \leq 0,80 \text{ W/m}^2\text{.K}$ , redução acústica $\geq 25 \text{ dB}$ , declividade 15%, sobreposição lateral 10cm, longitudinal 20cm
Drenagem	9 descidas em tubo PVC DN 100mm (45m total), calhas em chapa galvanizada nº 26, rufos e cumeeiras com vedação em poliuretano
Acabamentos Pintura texturizada em platibandas e tubos PVC (2 demãos)	

#### 2.5 Normas Aplicáveis

NBR 5680, 6123, 8800, 10844, 14762, 16373; NR-06, 08, 10, 18, 35; Resolução CONAMA 307/2002; Lei 8.078/90; Lei 10.406/02.

#### 2.6 Condições Especiais

- Proteção da edificação: isolamento físico, sinalização, proteção de pisos/esquadrias, telas de proteção;
- Segurança: linha de vida, EPI obrigatório, desligamento de circuitos elétricos, aterramento temporário, suspensão em chuva/ventos  $>40 \text{ km/h}$ ;



- Minimização de interferências: cronograma com 7 dias de antecedência, comunicação prévia, atividades críticas em horários de menor movimento, limite de ruído 85 dB(A), controle de poeira;
- Limpeza final, testes de estanqueidade e escoamento.

## 2.7 Garantias

Telhas termoacústicas: 10 anos; estrutura metálica: 5 anos; calhas/rufos: 2 anos; garantia legal: 5 anos (solidez /segurança), 90 dias (vícios aparentes).

## 2.8 Classificação do Serviço como Comum de Engenharia

O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço comum de engenharia por envolver atividades de construção civil convencionais (remoção de cobertura, reforço estrutural, instalação de telhas termoacústicas e drenagem pluvial) amplamente disponíveis no mercado. Os materiais especificados (telhas sanduíche galvalume + poliuretano, terças perfil U em aço ASTM A653, tubos PVC série R, calhas galvanizadas) atendem a normas técnicas de domínio público (NBR 5680, 6123, 8800, 10844, 14762, 16373) e estão disponíveis em múltiplos fornecedores nacionais, sem exigência de tecnologia proprietária ou metodologia exclusiva.

Embora exija responsabilidade técnica de engenheiro civil com ART, esta é exigência legal para qualquer obra civil, não caracterizando especialização. A sequência executiva (remoção → reforço estrutural → cobertura → drenagem) segue fluxo técnico convencional, com critérios de aceitação baseados em inspeção visual e testes padronizados. Portanto, a contratação enquadra-se como serviço comum, permitindo ampla participação de empresas qualificadas e promovendo competitividade conforme Lei 14.133/2021.

## 2.9 Não exigência de garantia da contratação

A contratação de reforma completa da cobertura não exige garantia de execução conforme art. 56 da Lei nº 14.133 /2021. O objeto é serviço de engenharia comum com prazo curto (60 dias corridos), regime de empreitada de preço global irredutível, e responsabilidade técnica única garantida por ART de engenheiro civil. Garantias contratuais específicas (telhas 10 anos, estrutura 5 anos, calhas 2 anos, mão de obra 5 anos) protegem investimento público contra vícios de execução. Fiscalização técnica permanente (designação obrigatória de fiscal técnico e gestor contratual), cronograma executivo viável com distribuição clara de atividades, e valor moderado (R\$ 95.127,93) reduzem significativamente risco de abandono ou paralisação.

Mercado adequado com múltiplos fornecedores nacionais de telhas termoacústicas, estruturas metálicas e serviços especializados em reformas prediais facilita substituição de contratada em caso de inadimplemento. Exigência de garantia aumentaria custo final sem benefício proporcional, violando princípio da economicidade (art. 5º, Lei 14.133 /2021). Responsabilidade técnica integrada, garantias contratuais robustas, fiscalização contínua e prazo reduzido constituem mecanismos de mitigação de riscos suficientes e mais econômicos que exigência de caução, seguro-garantia ou fiança.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Programação e Logística (SEPOL)	Flavio Bueno de Figueiredo

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1 Responsabilidade Técnica

- Execução sob responsabilidade de engenheiro civil com registro ativo no CREA;
- Emissão obrigatória de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

### 4.2 Conformidade Normativa

Execução em conformidade com:

- NBR 5688-6123, 8800, 10844, 14762, 16373 (normas técnicas);
- NR-06, 08, 10, 18, 35 (segurança do trabalho);
- Resolução CONAMA 307/2002 (gestão de resíduos);
- Lei 8.078/90 e Lei 10.406/02 (garantias legais).

#### 4.3 Segurança do Trabalho

- EPI obrigatório: capacete classe B, óculos, protetor auricular, luvas, calçado de segurança, cinto paraquedista (altura > 2,00m), máscara PFF2, vestimenta de segurança;
- EPC: linha de vida horizontal, pontos de ancoragem certificados, sinalização, placas de advertência;
- Desligamento de circuitos elétricos, aterramento temporário da estrutura metálica;
- Suspensão de trabalhos: chuva, ventos > 40 km/h, descargas atmosféricas, temperatura > 35°C, neblina com visibilidade < 50m;
- Limite de ruído: 85 dB(A) em áreas administrativas;
- Transporte manual: máximo 23 kg por trabalhador.

#### 4.4 Proteção da Edificação

- Isolamento físico com barreiras rígidas;
- Proteção de pisos, esquadrias, revestimentos com lonas plásticas;
- Telas de proteção contra queda de materiais;
- Mapeamento prévio de instalações elétricas, hidráulicas e lógicas;
- Desligamento de circuitos elétricos nas áreas de intervenção;
- Limpeza diária de poeira e resíduos.

#### 4.5 Controle de Qualidade

- Inspeção de materiais no recebimento (quantidade, integridade, especificações, certificados);
- Armazenamento adequado (materiais metálicos cobertos, telhas com empilhamento máximo 10 unidades, tubos PVC na horizontal, tintas em local ventilado 5-35°C);
- Verificação de prumo, nível, alinhamento antes de fixação definitiva;
- Testes de carga, arrancamento de fixações, estanqueidade e escoamento;
- Inspeção visual de 100% da cobertura.

#### 4.6 Materiais e Equipamentos

- Terças metálicas: perfil "U" ASTM A653, galvanização Z275;
- Telhas termoacústicas: galvalume 0,50mm + PU 30mm,  $U \leq 0,80 \text{ W/m}^2\text{.K}$ , redução acústica  $\geq 25 \text{ dB}$ ;
- Tubos PVC série R DN 100mm, conforme NBR 5688;
- Chapa galvanizada nº 26 para calhas, rufos e cumeeiras;
- Parafusos autobrochantes galvanizados, selantes de poliuretano, fitas de vedação butílica;
- Tintas, primers e seladores acrílicos com certificação de qualidade.

#### 4.7 Gestão de Resíduos

- Segregação na origem (Classes A, B, C, D conforme CONAMA 307/2002);
- Acondicionamento em caçambas estacionárias identificadas;
- Transporte por empresa licenciada ambientalmente;
- Emissão de Controle de Transporte de Resíduos (CTR).

#### 4.8 Minimização de Interferências Operacionais

- Cronograma detalhado com 7 dias de antecedência;
- Comunicação prévia aos usuários sobre atividades ruidosas;
- Execução em dias úteis, 07h00 às 17h00;
- Atividades críticas em horários de menor movimento;
- Isolamento acústico provisório (tapumes duplos, mantas acústicas);
- Controle de poeira (aspersão de água, lonas, vedação de portas/janelas);
- Controle de acesso com tapumes rígidos, sinalização, portão/cancela, crachás.

- Telhas termoacústicas: 10 anos contra defeitos de fabricação;
- Estrutura metálica: 5 anos contra corrosão;
- Calhas e rufos: 2 anos contra vazamentos;
- Pintura: 2 anos contra descolamento e desbotamento;
- Mão de obra: 5 anos contra vícios de execução;
- Garantia legal: 5 anos (solidez/segurança), 90 dias (vícios aparentes).

#### 4.10 Limpeza e Entrega

- Remoção de resíduos, entulhos, sobras de materiais;
- Limpeza de calhas, descidas, cobertura, esquadrias, pisos;
- Desmobilização (remoção de tapumes, andaimes, proteções);
- Testes finais (estanqueidade, escoamento, inspeção visual 100%);
- Documentação: relatórios de ensaios, registro fotográfico, diários de obra.

#### 4.11 Sustentabilidade e Responsabilidade Social

- Minimização de desperdícios, segregação de resíduos, uso racional de água/energia;
- Cumprimento de legislação trabalhista, proibição de trabalho infantil/escravo;
- Respeito aos direitos humanos, condições dignas e seguras de trabalho.

### 5. Levantamento de Mercado

#### 5.1 Metodologia

Conforme IN 40/2020, art. 7º, foi realizado levantamento de mercado para identificar alternativas de solução, tecnologias e metodologias disponíveis, bem como avaliar a viabilidade de flexibilização de requisitos técnicos quando apropriado.

#### 5.2 Base de Referência de Preços

- SINAPI (Goiás, fevereiro/2026): Base oficial de preços para obras públicas federais, com encargos sociais não desonerados embutidos nos preços unitários;
- Orçamento estimado: R\$ 95.127,93 (custos diretos R\$ 76.011,81 + BDI 25,16% = R\$ 19.116,12).

#### 5.3 Análise de Alternativas de Solução

Foram analisadas as seguintes alternativas técnicas para atender à necessidade de reforma da cobertura:

Solução	Características	Justificativa
Telhas Termoacústicas (PU 30mm)	Galvalume 0,50mm + núcleo PU, U Melhor desempenho térmico/acústico, durabilidade (10 anos), compatibilidade com estrutura existente, 25 dB	disponibilidade no mercado
Estrutura Metálica Aço (Terças Perfil U)	ASTM A653, galvanização Z275, espaçamento 1,50m	Reforço pontual adequado, preserva estrutura principal, atende NBR 8800 e 14762, viabilidade técnica comprovada
Drenagem Pluvial (PVC série R DN 100)	Tubo rígido soldável, conforme NBR 5688	Durabilidade, compatibilidade com calhas metálicas, facilidade de manutenção, disponibilidade no mercado

#### 5.4 Tecnologias Consideradas

Foram avaliadas as seguintes alternativas tecnológicas:

- Telhas com isolamento em poliestireno expandido (EPS): Descartada por apresentar menor desempenho térmico e durabilidade inferior ao poliuretano;

- Estrutura em concreto pré-moldado: Descartada por incompatibilidade com estrutura existente e custo significativamente superior;
- Sistemas de drenagem em cobre: Descartada por custo proporcionalmente superior, sem benefício técnico adicional para esta aplicação;
- Telhas cerâmicas/fibrocimento: Descartadas por não atenderem requisitos de desempenho termoacústico e compatibilidade estrutural.

## 5.5 Flexibilização de Requisitos

Conforme IN 40/2020, §1º, art. 7º, foram avaliados os requisitos técnicos quanto à indispensabilidade:

- Especificação de marca/modelo: Não exigida; aceitam-se soluções tecnicamente equivalentes com aprovação da fiscalização;
- Galvanização Z275 vs. Z225: Mantém-se Z275 como padrão mínimo para durabilidade de 5 anos em ambiente com umidade moderada;
- Espessura de isolamento (30mm): Flexível para espessuras equivalentes (25mm a 35mm), desde que mantidos  $U \leq 0,80 \text{ W/m}^2\text{.K}$  e redução acústica  $\geq 25 \text{ dB}$ ;
- Perfil de terço (U vs. I): Aceita-se perfil equivalente, desde que dimensionamento atenda NBR 14762;
- Encargos sociais: Utilizados conforme SINAPI (não desonerado), permitindo desoneração se comprovada elegibilidade legal.

## 5.6 Disponibilidade de Fornecedores

Com base na base SINAPI e características do mercado de construção civil, o mercado é considerado adequado para esta contratação:

- Telhas termoacústicas: Múltiplos fabricantes nacionais com produtos disponíveis;
- Estruturas metálicas: Fornecedores regionais com capacidade de fornecimento e instalação;
- Serviços de execução: Empresas de construção civil com experiência em reformas prediais e segurança em altura.

Não há restrição de fornecedores que justifique flexibilização adicional de requisitos técnicos.

## 5.7 Conclusão

O levantamento de mercado evidencia que:

- Solução proposta é tecnicamente viável, com alternativas disponíveis no mercado;
- Preços baseados em base oficial (SINAPI) garantem razoabilidade e transparência;
- Requisitos técnicos são indispensáveis e não restringem indevidamente a participação;
- Recomenda-se manter especificações conforme memorial descritivo, com flexibilização para equivalentes técnicos aprovados pela fiscalização.

# 6. Descrição da solução como um todo

## 6.1 Solução Proposta

Reforma completa da cobertura: remoção da cobertura existente, reforço estrutural metálico, instalação de telhas termoacústicas e sistema de drenagem pluvial.

## 6.2 Componentes Principais

- Estrutura: Terças metálicas perfil U (ASTM A653, Z275), espaçamento 1,50m;
- Cobertura: Telhas sanduíche (galvalume 0,50mm + PU 30mm),  $U \leq 0,80 \text{ W/m}^2\text{.K}$ , redução acústica  $\geq 25 \text{ dB}$ ;
- Drenagem: Calhas galvanizadas, tubos PVC série R DN 100mm (45m), 9 descidas;
- Acabamentos: Rufos, cumeeiras, vedações em poliuretano, pintura anticorrosiva.

## 6.3 Justificativa Técnica

- Desempenho térmico:  $U \leq 0,80 \text{ W/m}^2\cdot\text{K}$  reduz carga térmica e consumo de energia;
- Acústica: Redução  $\geq 25 \text{ dB}$  melhora conforto em ambiente administrativo;
- Durabilidade: Galvalume e galvanização Z275 garantem 5-10 anos de proteção;
- Compatibilidade: Reforço pontual preserva estrutura principal;
- Drenagem: Dimensionada para 150 mm/h (período de retorno 25 anos, NBR 10844).

#### 6.4 Justificativa Econômica

- Custo total: R\$ 95.127,93 (SINAPI fevereiro/2026);
- Melhor custo-benefício: Telhas termoacústicas oferecem desempenho superior vs. alternativas (EPS, cerâmica, fibrocimento);
- Economia operacional: Redução estimada de 15-20% em consumo de ar-condicionado;
- Durabilidade: 10 anos de garantia reduz frequência de reformas.

#### 6.5 Manutenção e Assistência Técnica

##### Manutenção Preventiva (Contratante)

- Limpeza semestral de calhas e descidas;
- Inspeção visual anual de telhas e vedações;
- Limpeza de cobertura a cada 2 anos (jato de água máximo 2 bar).

##### Garantias Contratuais (Contratada)

- Telhas termoacústicas: 10 anos contra defeitos de fabricação;
- Estrutura metálica: 5 anos contra corrosão;
- Calhas e rufos: 2 anos contra vazamentos;
- Pintura: 2 anos contra descolamento;
- Mão de obra: 5 anos contra vícios de execução.

##### Assistência Técnica

- Responsável técnico (engenheiro civil com ART);
- Manual de manutenção fornecido pela contratada.

#### 6.6 Conclusão

Solução tecnicamente viável, economicamente racional, com desempenho superior, durabilidade comprovada e manutenção simplificada.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

#### 7.1 Justificativa

As quantidades foram estimadas com base em fatos concretos: levantamento técnico da edificação (área de cobertura 183,53 m²), especificações do memorial descritivo e dimensionamento conforme normas técnicas (NBR 10844, NBR 8800, NBR 14762).

#### 7.2 Interdependências

- Terças dimensionadas para suportar telhas termoacústicas;
- Calhas e descidas dimensionadas para vazão de 150 mm/h (NBR 10844);
- Contratação única reduz custos de mobilização e administração.

#### 7.3 Observações

- Sem série histórica anterior (primeira reforma completa);
- Margem de segurança ~5% incluída no orçamento para ajustes in loco;

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 95.127,93

### 8.1 Valor Total Estimado

R\$ 95.127,93 (noventa e cinco mil, cento e vinte e sete reais e noventa e três centavos)

Conforme orçamento sintético em anexo, elaborado com base em SINAPI Goiás, fevereiro/2026.

### 8.2 Justificativa da Não Classificação

Não há necessidade de manter o orçamento classificado, pois:

- Base de preços é SINAPI (banco de dados oficial e público);
- Publicação do valor estimado não compromete a competitividade do processo licitatório;
- Alinhado aos princípios de publicidade e transparência.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### 9.1 Decisão: NÃO PARCELAR

A contratação será realizada como um único objeto indivisível.

### 9.2 Justificativa Técnica

- Interdependência de componentes: Terças metálicas, telhas termoacústicas, calhas e descidas pluviais formam sistema integrado de cobertura e drenagem;
- Sequência executiva obrigatória: Remoção → Reforço estrutural → Instalação de cobertura → Drenagem (não podem ser executadas independentemente);
- Continuidade operacional: Edificação em funcionamento exige coordenação única de segurança, horários e minimização de interferências;
- Responsabilidade técnica única: Um engenheiro civil responsável (ART) garante rastreabilidade e qualidade integrada.

### 9.3 Justificativa Econômica

- Economia de escala: Contratação única reduz custos de mobilização, administração, segurança e supervisão;
- Eficiência orçamentária: BDI único (25,16%) é mais favorável que múltiplos BDIs parcializados;
- Redução de custos transacionais: Evita múltiplos processos licitatórios e despesas administrativas.

### 9.4 Ampliação da Competitividade

O edital permitirá cotação de quantidades parciais de materiais (ex.: telhas em lotes de 50 m<sup>2</sup>), desde que mantido quantitativo mínimo para preservar economia de escala e viabilidade técnica da execução.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

### 10.1 Análise de Correlação

Não há contratações correlatas ou interdependentes identificadas para esta reforma de cobertura.

### 10.2 Justificativa

- Escopo autossuficiente: A reforma compreende remoção, reforço estrutural, cobertura e drenagem pluvial como sistema completo e independente;
- Sem dependência de outras obras: Não requer serviços prévios de estrutura, fundações ou alvenaria;

- Sem impacto em futuras contratações: A cobertura reformada não condiciona outras intervenções prediais planejadas;
- Responsabilidade técnica única: Engenheiro civil responsável (ART) garante integralidade da solução.

### 10.3 Observação

Caso a Administração identifique futuras contratações de manutenção preventiva/corretiva da cobertura (limpeza de calhas, inspeção de vedações, reparos pontuais), estas poderão ser contratadas separadamente após conclusão desta reforma, sem interdependência técnica ou econômica.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está plenamente alinhada ao planejamento estratégico e às competências regimentais da Receita Federal do Brasil (RFB), conforme estabelece a Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, que aprova seu Regimento Interno, bem como ao Mapa Estratégico da Receita Federal para o ciclo 2024–2027 e aos processos estruturantes constantes de sua Cadeia de Valor.

A contratação de serviços especializados de reforma completa da cobertura visa assegurar condições físicas adequadas ao desempenho das funções institucionais da RFB, tanto no aspecto da estanqueidade estrutural, do conforto térmico e da salubridade ambiental quanto na preservação de bens patrimoniais e documentos sensíveis.

Esses objetivos estão diretamente relacionados à macrofunção "Gestão de Materiais e Logística" da Cadeia de Valor da RFB, notadamente nos processos "Gerir materiais e serviços" e "Gerir imóveis e obras", garantindo o suporte operacional necessário à execução das atividades finalísticas da Instituição. Além disso, essa ação colabora com o aprimoramento da governança institucional e do desempenho organizacional, conforme previsto nos eixos estruturantes do Mapa Estratégico.

No que tange ao Planejamento Estratégico da RFB (2024–2027), a contratação em pauta reforça os seguintes direcionadores estratégicos:

Objetivos de governança, pessoas e recursos: ao viabilizar ambientes funcionais e seguros, promove-se a qualidade de vida no trabalho, a valorização institucional e a eficiência na gestão de recursos públicos;

Eficiência e qualidade dos serviços prestados: ao assegurar infraestrutura adequada e livre de riscos estruturais, minimizam-se interrupções operacionais e otimizam-se os fluxos de trabalho internos, fortalecendo o relacionamento institucional com a sociedade;

Responsabilidade ambiental e sustentabilidade: a utilização de telhas termoacústicas com isolamento em poliuretano reduz consumo de energia em climatização, evita desperdícios energéticos e reduz o impacto ambiental, contribuindo para metas institucionais do Plano de Logística Sustentável (PLS).

Adicionalmente, a contratação está em consonância com os valores institucionais da Receita Federal — como integridade, inovação, profissionalismo e respeito ao cidadão — e com os princípios da gestão pública, como economicidade, legalidade, eficiência e continuidade do serviço público.

Portanto, o objeto desta contratação contribui diretamente para o alcance da missão institucional da RFB, qual seja, "administrar o sistema tributário e aduaneiro, contribuindo para o bem-estar econômico e social do país", promovendo um ambiente organizacional estruturado, eficiente, seguro e sustentável.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### 12.1 Benefícios Diretos

#### Segurança Estrutural e Operacional

- Eliminação de risco iminente de colapso estrutural e infiltrações que comprometem continuidade operacional;
- Proteção de bens patrimoniais e documentos sensíveis contra danos por umidade e infiltração;

## Estanqueidade e Drenagem Pluvial

- Sistema de cobertura termoacústico com transmitância térmica  $U \leq 0,80 \text{ W/m}^2\text{.K}$  garante estanqueidade total;
- Drenagem dimensionada para 150 mm/h (período de retorno 25 anos) elimina risco de transbordamento;
- Testes de estanqueidade e escoamento validam funcionalidade antes da entrega.

## Desempenho Térmico e Acústico

- Redução estimada de 15-20% no consumo de energia em climatização (economia operacional);
- Redução acústica  $\geq 25 \text{ dB}$  melhora conforto ambiental e produtividade dos servidores.

## 12.2 Benefícios Indiretos

### Economicidade

- Orçamento estimado em R\$ 95.127,93 (SINAPI fevereiro/2026) garante razoabilidade de preços;
- Contratação única reduz custos de mobilização, administração e supervisão vs. parcelamento;
- Economia de escala em BDI único (25,16%) vs. múltiplos BDIs parcializados.

### Eficácia

- Solução integrada (remoção, reforço, cobertura, drenagem) garante resultado final completo e funcional;
- Responsabilidade técnica única (ART) assegura rastreabilidade e qualidade;
- Garantias contratuais robustas (10 anos telhas, 5 anos estrutura, 2 anos calhas) protegem investimento público.

### Eficiência

- Execução em dias úteis (07h00-17h00) minimiza interferências em atividades administrativas;
- Coordenação permanente com fiscalização otimiza fluxos de trabalho;
- Cronograma executivo (conforme anexo) garante previsibilidade e controle de prazos.

## 12.3 Desenvolvimento Nacional Sustentável

### Responsabilidade Ambiental

- Telhas termoacústicas reduzem consumo energético, diminuindo emissão de carbono;
- Gestão de resíduos conforme Resolução CONAMA 307/2002 (segregação, reciclagem, destinação adequada);
- Utilização de materiais com certificação ambiental (INMETRO) quando disponíveis.

### Responsabilidade Social

- Cumprimento de legislação trabalhista e previdenciária;
- Segurança do trabalho em altura (NR-35) com equipamentos certificados;
- Capacitação e desenvolvimento profissional de trabalhadores.

### Preservação do Patrimônio Público

- Reforma estrutural preserva edificação histórica (Alfândega da Receita Federal em Formosa/GO);
- Extensão da vida útil da cobertura por mínimo 10 anos reduz necessidade de futuras reformas emergenciais;
- Proteção de acervo documental e equipamentos contra danos ambientais.

## 12.4 Indicadores de Sucesso

- Ausência de infiltrações (teste de estanqueidade 100% aprovado);
- Escoamento de drenagem sem transbordamento (teste de escoamento aprovado);
- Redução de 15-20% em consumo de energia em climatização (medição pós-obra);
- Cumprimento de cronograma (zero atrasos na execução);
- Zero retrabalho (inspeção visual 100% da cobertura aprovada);
- Garantias contratuais acionadas zero vezes durante vigência (indicador de qualidade).



### 13. Providências a serem Adotadas

#### 13.1 Providências Administrativas

##### Designação de Fiscal Técnico

- Designar engenheiro civil ou arquiteto com experiência em reformas prediais para exercer fiscalização técnica da obra;
- Responsabilidades: verificação de conformidade com memorial descritivo, controle de qualidade, aprovação de etapas, autorização de medições.

##### Designação de Gestor Contratual

- Designar servidor para gerenciar aspectos administrativos (prazos, documentação, comunicações com contratada);
- Responsabilidades: acompanhamento de cronograma, recebimento de documentos, processamento de pagamentos.

#### 13.2 Capacitação de Servidores

##### Fiscal Técnico

- Conhecimento de normas técnicas aplicáveis (NBR 6123, NBR 8800, NBR 10844, NBR 16373);
- Procedimentos de inspeção visual, testes de estanqueidade e escoamento;
- Critérios de aceitação/rejeição de materiais e serviços conforme memorial descritivo.

##### Gestor Contratual

- Procedimentos de medição e pagamento conforme critérios estabelecidos no contrato;
- Gestão de garantias contratuais (telhas 10 anos, estrutura 5 anos, calhas 2 anos);
- Acompanhamento de cronograma e controle de prazos.

#### 13.3 Adequação do Ambiente

##### Preparação da Edificação

- Comunicação prévia aos usuários sobre cronograma de atividades (ruidosas, com restrição de acesso);
- Identificação e proteção de instalações elétricas, hidráulicas e lógicas na área de intervenção;
- Remoção de equipamentos eletrônicos e documentos sensíveis das áreas de risco;
- Providenciar lonas impermeáveis provisórias para proteção contra infiltração durante execução.

##### Infraestrutura de Canteiro

- Disponibilizar espaço para armazenamento de materiais (coberto, ventilado);
- Providenciar acesso seguro para equipamentos de içamento (guindaste, andaimes);
- Garantir disponibilidade de água e energia para execução dos serviços.

#### 13.4 Documentação Prévia

##### Levantamento Técnico

- Projeto executivo com detalhes construtivos (já disponível no memorial descritivo);
- Levantamento de patologias estruturais (fissuras, umidade, deterioração);
- Mapeamento de instalações existentes (elétrica, hidráulica, lógica).

##### Documentação Contratual

- Aviso de dispensa de licitação com especificações técnicas, critérios de medição e pagamento;
- Minuta de contrato com cláusulas de garantia, responsabilidade técnica (ART), segurança do trabalho;
- Termo de referência completo com anexos (memorial, cronograma, orçamento).

Não há necessidade de:

- Reforma estrutural prévia: Estrutura principal será preservada (reforço pontual apenas);
- Relocação de atividades: Obra executada em dias úteis (07h00-17h00) com coordenação permanente para minimizar interferências;
- Aquisição de equipamentos adicionais: Contratada responsável por fornecer todos os equipamentos necessários (andaimes, guindaste, EPI/EPC).

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

### 14.1 Impactos e Medidas Mitigadoras

Impacto	Medida Mitigadora
Resíduos da construção	Segregação conforme CONAMA 307/2002; transporte por empresa licenciada; destinação a aterro/reciclagem com CTR
Poeira e ruído	Aspersão de água; lonas de confinamento; isolamento acústico provisório; limite 85 dB(A)
Consumo de energia	Equipamentos eficientes; execução diurna (07h00-17h00)
Consumo de água	Utilização racional; limpeza com pressão máxima 2 bar
Impacto visual	Tapumes rígidos; limpeza diária; restauração de áreas danificadas

### 14.2 Benefícios Ambientais Líquidos

- Telhas termoacústicas reduzem consumo de climatização em 15-20%;
- Reforma preserva edificação (evita demolição);
- Reciclagem de resíduos metálicos;

### 14.3 Conclusão

Não há impactos ambientais críticos ou irreversíveis. Obra em área urbana consolidada, sem interferência em áreas de preservação. Benefícios ambientais líquidos positivos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

#### 15.1 Declaração de Viabilidade

A contratação de reforma completa da cobertura da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Formosa/GO é VIÁVEL E RAZOÁVEL.

#### 15.2 Justificativa da Viabilidade

##### Viabilidade Técnica

- Solução tecnicamente comprovada (telhas termoacústicas, estrutura metálica, drenagem pluvial conforme NBR 6123, NBR 8800, NBR 10844, NBR 16373);
- Especificações detalhadas no memorial descritivo com normas técnicas aplicáveis;
- Materiais disponíveis no mercado (SINAPI Goiás fevereiro/2026);
- Metodologia construtiva consolidada em reformas prediais similares.

- Orçamento estimado em R\$ 95.127,93 (SINAPI oficial, base pública);
- BDI de 25,16% alinhado a padrões de mercado para obras públicas;
- Custo-benefício otimizado (telhas termoacústicas reduzem consumo de energia em 15-20%);
- Economia de escala em contratação única vs. parcelamento.

## Viabilidade Operacional

- Execução em dias úteis (07h00-17h00) minimiza interferências em atividades administrativas;
- Cronograma executivo viável (conforme anexo);
- Coordenação permanente com fiscalização garante controle de prazos e qualidade;
- Edificação em funcionamento permite execução sem relocação de atividades.

## Viabilidade Ambiental

- Impactos ambientais mitigáveis conforme CONAMA 307/2002;
- Benefícios ambientais líquidos positivos (redução de energia, reciclagem de resíduos);
- Alinhamento com Plano de Logística Sustentável (PLS) da RFB.

## Viabilidade Jurídica e Administrativa

- Alinhamento com planejamento estratégico da RFB (Mapa Estratégico 2024-2027);
- Competência regimental da RFB para manutenção de imóveis (Portaria ME 284/2020);
- Conformidade com Lei 14.133/2021 e IN 40/2020;
- Capacidade administrativa para fiscalização e gestão contratual.

## 15.3 Conclusão

A contratação é VIÁVEL sob todos os aspectos (técnico, econômico, operacional, ambiental, jurídico) e RAZOÁVEL em termos de custo, benefício e alinhamento com objetivos institucionais da RFB.

Recomenda-se prosseguimento com elaboração do edital e publicação da licitação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FELIPE LOPES DE AGUIAR**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 09:41:28.

**LUIZ FLAVIO DELMONICO BARROS**

Equipe de apoio





**Ministério da Fazenda**

**PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

**Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado ao processo em 24/04/2026 11:14:29 por Luiz Flavio Delmonico Barros.

Documento assinado digitalmente em 24/04/2026 10:18:17 por FELIPE LOPES DE AGUIAR  
Documento assinado digitalmente em 24/04/2026 11:14:29 por LUIZ FLAVIO DELMONICO BARROS

Esta cópia / impressão foi realizada por ANDRE NUNES DE MORAIS em 25/05/2026.

**Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP25.0526.16330.1GDZ**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**F9F4489327CF5FF946D375CF3B22C88905F2C636186ADFB590B8335CBDBE0D89**